



**Fundação Assistencial e Previdenciária da  
EMATERCE**

**RELATÓRIO ANUAL**

**2016**



## SUMÁRIO

DESTAQUES 2016.....	3
1. INTRODUÇÃO .....	5
2. POLITICA DE INVESTIMENTOS .....	5
2.1. ALOCAÇÃO-OBJETIVO X LIMITES POR SEGUIMENTO .....	5
2.2. BENCHMARKS E METAS DE RENTABILIDADE.....	5
2.3. CONTROLE DE RISCOS.....	6
3. INVESTIMENTOS.....	6
3.1. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TECNICAS.....	6
3.2. ALOCAÇÃO POR VEÍCULO .....	6
3.3. RENTABILIDADE E EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS.....	7
3.4. DESPESAS COM A GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	7
4. GESTÃO ADMINISTRATIVA .....	8
4.1. DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	8
4.2. INDICADORES DE GESTÃO .....	9
5. INFORMAÇÕES PREVIDENCIAIS.....	10
5.1. IDADE MÉDIA DE PARTICIPANTES.....	10
5.2. BENEFÍCIOS PAGOS.....	10
6. INFORMAÇÕES ATUARIAIS.....	10
6.1. AVALIAÇÃO ATUARIAL.....	10
7. PARECER ATUARIAL.....	11
8. DEMONSTRAÇÕES 2016.....	13
8.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
8.2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	16
8.3. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS	
9. PARECERES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS .....	32
9.1 PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	32
9.2. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO .....	32

## **DESTAQUES 2016**

### **JANEIRO**

- Finalizamos o segundo ciclo de autoavaliação de riscos na entidade, realizado com o apoio da consultoria Risk Office, do qual se seguiu a aprovação de um Plano de Ação de melhorias de controles internos e de risco em andamento da entidade.
- Registramos a obtenção da certificação por experiência, através do órgão ICSS, aos conselheiros Claudio Matoso Vilela Lima e Odilon Newtácio Cruz do Conselho Fiscal e Itamar Teixeira Bezerra do Conselho Deliberativo.
- Foram realizadas as eleições para eleger novos membros, dos Conselhos Fiscal e Deliberativo.

### **FEVEREIRO**

- Recebemos no dia 01/02/2016 o ofício nº 008/20/16/ERPE/PREVIC tratando sobre a necessidade de realização de auditoria a ser realizada pela patrocinadora EMATERCE, o qual fora encaminhado para a referida patrocinadora para as providências de estilo.
- Foi aprovado pelo Conselho Deliberativo o Estudo Técnico de Aderência das Hipóteses e Premissas Atuariais para 2015.
- Participaram do curso preparatório para prova da ANBIMA (CPA10), no intuito de obterem a respectiva certificação os conselheiros Francisco Airton Luz e Vicente Moura, membros do Conselho Deliberativo; Maria Gorette Alves, membro do Conselho Fiscal, o diretor presidente da FAPECE, Tiago Parente Lessa, além das funcionárias da entidade Sandra Albuquerque Fonseca, Vilani Rodrigues dos Santos e Sandramara Cardoso Sales.

### **MARÇO**

- Foram aprovados no Exame de Certificação ANBIMA e obtiveram certificação CPA 10, o diretor presidente Tiago Parente Lessa e a analista de controles internos da FAPECE, Sandramara Cardoso Sales.

### **ABRIL**

- Conforme informado como fato relevante do mês de Jan/16, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, plano de ação para atendimento às recomendações apontadas no 2º ciclo de autoavaliação de riscos, objetivando melhorias de controles internos e de risco nas rotinas da entidade.
- Foram aprovados pelo Conselho Deliberativo, o Relatório de Avaliação Atuarial e Plano de Custeio para 2016.
- O membro do Conselho Deliberativo, o Sr. Francisco Airton Luz, formalizou renúncia ao cargo que exercia, mediante apresentação de carta de renúncia motivada em razão da não obtenção da certificação exigida pela legislação.

### **MAIO**

- Tomaram posse no dia 02/05 os membros do Conselho Fiscal, Cláudio Matoso Vilela Lima (eleito pelos participantes) e Thomas Edson Góes de Araújo (indicado pela patrocinadora) e seus respectivos suplentes, Sérgio Romiro Pinto Bandeira e José Leitão Filho. Também tomaram posse, os membros do Conselho Deliberativo, Francisco Daniel de Sousa (indicado pela patrocinadora), Itamar Teixeira Bezerra (eleito pelos participantes), Alrilo Machado Cavalcante (indicado pela patrocinadora para ocupar a vaga deixada pela renúncia do então conselheiro Francisco Airton Luz) e seus respectivos suplentes, Valdir José Silva, Francisco Bergson Parente Fernandes, João Nicéδιο Alves Nogueira.
- O presidente do Conselho Deliberativo foi reconduzido ao cargo.
- Foi nomeado como novo presidente do Conselho Fiscal o conselheiro Odilon Newtácio Cruz.
- A Diretoria Executiva, composta pelo diretor presidente Tiago Parente Lessa e pelo diretor de seguridade Francisco de Assis Sousa, foi reconduzida a um novo mandato pelo período de 3 anos.
- Foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, as alterações nas Políticas de Investimento para 2016.
- Foram aprovadas as Demonstrações Contábeis e Atuariais referentes ao exercício de 2015.

## JULHO

- O Conselho Deliberativo aprovou os novos indicadores de gestão, suas metas e a nova versão do regulamento do PGA, conforme propostas apresentadas pela Diretoria Executiva.

## AGOSTO

- Foi Aprovado o Manual de Contratação de Serviços Especializados de Terceiros na entidade.
- O diretor de seguridade, Francisco de Assis Sousa, foi certificado com profissional de investimentos pelo órgão ICSS.

## OUTUBRO

- Foi determinada a alteração da data de pagamento de funcionários, diretores e colaboradores, para o ultimo dia útil de cada mês e a redução do percentual de adiantamento de funcionários de 40% para 30%, medidas essas que serão implementadas a partir de 2017.

## NOVEMBRO

- Foi encerrado através do Ofício nº 095/ERPE/PREVIC, o processo de fiscalização realizado pela PREVIC na entidade.
- A PREVIC abriu acompanhamento paralelo sobre a certificação dos conselheiros da FAPECE, conforme Ofício nº 096/ERPE/PREVIC, atribuindo ao Conselho Deliberativo da entidade o dever de decidir acerca da manutenção nos cargos dos conselheiros que se recusarem ou não conseguirem obter a necessária certificação para exercício das funções.
- Foi aprovado pelo Conselho Deliberativo plano de ação para certificação dos membros dos conselhos fiscal e deliberativo que ainda não obtiveram certificação.

## DEZEMBRO

- Foi aprovada pelo Conselho Deliberativo as Políticas de Investimento e Orçamento para 2017.
- A FAPECE promoveu a festa de confraternização para os participantes assistidos pelo plano.

## 1. INTRODUÇÃO

A Diretoria Executiva da FAPECE se dirige aos seus participantes ativos e assistidos por meio do presente informativo para dar conhecimentos acerca da gestão de seu plano de benefícios no ano de 2016, abordando qualitativa e quantitativamente os seus componentes patrimoniais, financeiros e atuariais. Nesse contexto, ganham relevo as demonstrações financeiras, a composição (posição) dos investimentos e suas respectivas rentabilidades setoriais, as despesas incorridas e os aspectos atinentes ao dimensionamento das provisões matemáticas, mais precisamente o parecer atuarial, com destaque para as premissas atuarias.

## 2. POLITICAS DE INVESTIMENTO

O quadro a seguir apresenta a alocação objetivo gerada a partir do estudo de ALM para 2016 e os limites de aplicação em cada um dos seguimentos definidos pela Resolução CMN Nº 3.792 de 24 de setembro de 2009. Essa alocação foi definida com o intuito de determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício das Políticas de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo, minimizando riscos, gerando retornos compatíveis com a meta atuarial do plano de benefícios (INPC + 5,50% a.a.) e permitindo assim, a obtenção do equilíbrio de longo prazo entre o ativo e o passivo.

### 2.1. ALOCAÇÃO-OBJETIVO X LIMITES POR SEGUIMENTO

SEGMENTO	LIMITE LEGAL (Resolução CMN Nº 3.792)	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	INFERIOR
Renda Fixa	100%	87,00%	0%	100%
Renda Variável	70%	4,16%	0%	70%
Investimentos Estruturados	20%	5,67%	0%	20%
Investimentos no Exterior	10%	1,23%	0%	10%
Imóveis	8%	1,68%	0%	8%
Operações com Participantes	15%	0,26%	0%	15%

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração das Políticas de Investimento.

### 2.2. BENCHMARKS E METAS DE RENTABILIDADE

Abaixo, apresentamos os benchmarks por segmento de investimentos e metas de rentabilidade:

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	INPC + 5,50% aa	INPC + 5,96% aa
Renda Fixa	INPC + 5,50% aa	INPC + 5,50% aa
Renda Variável	IBrX	INPC + 9,68% aa
Investimentos Estruturados	IFM	INPC + 9,15% aa
Investimentos no exterior	MSCI Global	INPC + 11,88% aa
Imóveis	INPC + 5,50% aa	INPC + 5,50% aa
Operações com Participantes	INPC + 5,50% aa	INPC + 5,50% aa

## 2.3. CONTROLE DE RISCOS

Reforçado pelo Guia de Melhores Práticas da PREVIC a verificação e controle dos riscos inerentes à gestão do plano de benefícios são realizadas de forma proativa pela entidade, estabelecendo os alicerces para implementação do modelo de Supervisão Baseada em Risco. Os principais tipos de risco a serem avaliados, controlados e monitorados, aos quais os recursos do plano estão expostos, são o risco integrado, atuarial, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional, risco de terceirização, risco legal e risco sistêmico.

## 3. INVESTIMENTOS

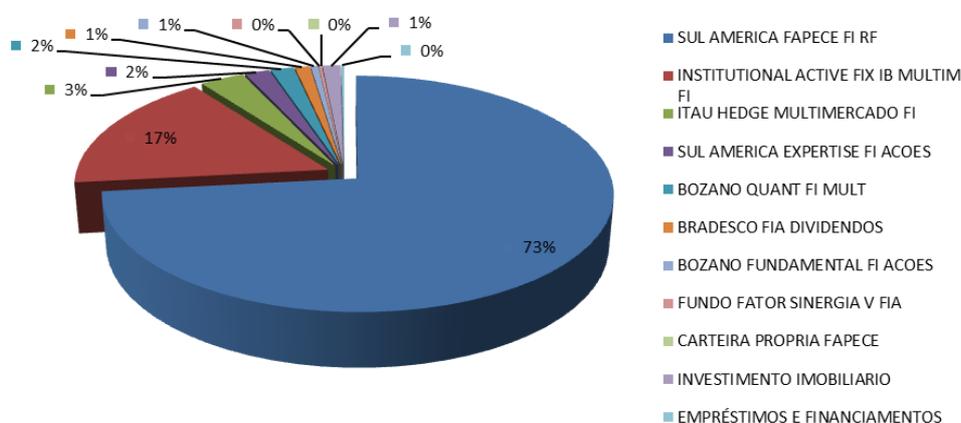
### 3.1. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS

Em estreita obediência às Políticas de Investimento da FAPECE e com base no estudo de ALM realizado pela empresa Aditus Consultoria Financeira Ltda, a entidade alocou seus recursos garantidores de reservas técnicas, em 2016, nos segmentos: Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imóveis e Operações com Participantes. No quadro a seguir, estão apresentadas as magnitudes dessas alocações e suas respectivas posições relativas.

Contas	Posição em 31/12/2016	Posição em 31/12/2015		
111 – Disponibilidades	135.574,73	263.609,47		
123 - Programa de Investimentos	140.727.626,29	116.357.435,07		
(-) 213 - Programa de Investimentos	7.839,79	48.820,07		
(-) 223 - Exigível Contingencial-Investimentos	75.024,00	75.024,00		
Recursos Garantidores	140.780.337,23	116.497.200,47		
Composição dos Investimentos por Segmento				
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
1234 - Fundos de Investimentos	138.606.393,08	98,49%	114.244.298,97	98,18%
1234.03 - Renda Fixa	126.517.111,05	89,90%	103.702.794,54	89,12%
1234.04 - Fundos de Invest. Em Ações	5.177.994,27	3,68%	4.632.332,22	3,98%
1234.07 -Estruturados (Multimercado)	6.911.287,76	4,91%	5.909.172,21	5,08%
1236 - Investimentos Imobiliários	1.833.202,91	1,30%	1.847.617,19	1,59%
1237 - Empréstimos e Financiamentos	288.030,30	0,20%	265.518,91	0,23%
111 Disponib. - 213 Obrig.-223 Exig.Contig.	140.727.626,29	100,00%	116.357.435,07	100,00%

### 3.2. ALOCAÇÃO POR VEÍCULO

Apresentamos abaixo, o gráfico contendo a composição dos investimentos, por veículo, no exercício de 2016.



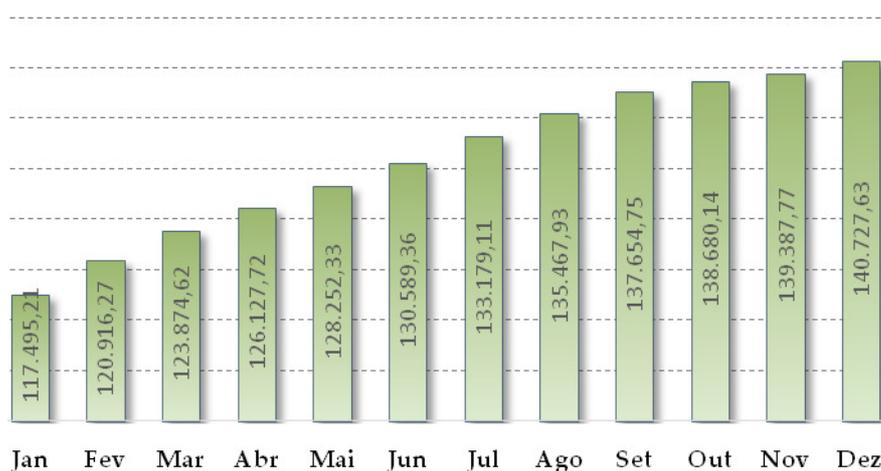
### 3.3. RENTABILIDADE E EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O quadro a seguir demonstra a rentabilidade obtida por cada segmento durante o exercício de 2016. Pode-se observar que apenas o segmento de Investimentos Imobiliários não superou a meta atuarial. A rentabilidade acumulada do plano, obtida na aplicação dos ativos ao longo de 2016 foi de 12,91% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade de 12,45% o que, em termos reais, representou a obtenção de um alpha de 0,46%, alcançando e superando assim a meta atuarial de rentabilidade.

SEGMENTO	RENTABILIDADE DNP (%)	META ATUARIAL %
Renda Fixa	12,67%	12,45%
Renda Variável	18,18%	
Investimentos Estruturados	17,16%	
Imóveis	2,19%	
Empréstimos	23,48%	
Agregado (total)	12,91%	

Ilustramos abaixo, a evolução dos investimentos no exercício de 2016:

**Crescimento dos Investimentos 2016 (Em R\$mil)**



### 3.4. DESPESAS COM A GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

As despesas incorridas na gestão terceirizada (investimentos financeiros) e da carteira própria (Imóveis e Empréstimos) estão apresentadas no quadro adiante. Cabe ressaltar, que durante 2016, a entidade passou pelo trabalhoso processo de migração do administrador/gestor do fundo exclusivo Sul América FAPECE FI, para a administração/gestão da Caixa Econômica Federal, processo este finalizado somente no início de 2017, reduzindo significativamente as despesas com a gestão dos investimentos, considerando que o fundo exclusivo concentra a grande maioria dos recursos garantidores do plano de benefício administrado.

<b>1. Terceirizada(Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados)</b>	<b>EM R\$</b>	<b>%</b>
Taxa de Administração	115.377,71	64,04%
Taxa CVM	27.598,84	15,32%
Taxa de Custódia	5.286,08	2,93%
Taxa CETIP	20.300,28	11,27%
Taxa SELIC	2.860,84	1,59%
Taxa ANBIMA	3.594,00	1,99%
Auditoria	4.874,11	2,71%
Confecção de Livro - Manual	268,08	0,15%
<b>TOTAL</b>	<b>180.159,94</b>	<b>100,00%</b>
<b>2. Própria</b>		
Despesas de Custódia e Taxas	99.598,94	71,65%
Investimentos Imobiliários	14.414,28	10,37%
Empréstimos e Financiamentos	24.984,94	17,98%
<b>TOTAL</b>	<b>138.998,16</b>	<b>100,00%</b>

#### 4. GESTÃO ADMINISTRATIVA

##### 4.1. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas da entidade incorridas em 2016 estão apresentadas, na sua totalidade, no quadro a seguir. Chama-se atenção para a rubrica “Alugueis de Imóveis”, que se refere ao valor do aluguel do imóvel sede repassado ao Plano de Gestão Administrativa – PGA, dado que ele é de propriedade do Plano de Benefícios Definido e para a rubrica Gestão e Planejamento, onde estão sendo registrados os valores referentes ao custo dos serviços com as consultorias de investimentos e de controles internos contratadas no período.

Ressalte-se, ainda, que em decorrência do processo fiscalizatório à época em andamento pela PREVIC, a entidade precisou apresentar medidas no intuito de melhorar a governança e controle das ações da entidade. Entre elas foi realizada a contratação de novos módulos de sistemas no intuito de mitigar riscos e melhorar os controles na administração do plano.

Também cabe destacar as despesas incorridas para o processo de certificação de conselheiros e dirigentes, em atendimento ao normativo CNPC nº 19, de 30 de março de 2015. As despesas administrativas totalizaram em 2016, R\$ 1.304.044,12, representando 0,93% dos Recursos Garantidores da entidade.

<b>Rubrica</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Participação (%)</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>687.135,62</b>	<b>52,69%</b>
Conselheiros	169.957,85	13,03%
Dirigentes	247.578,07	18,99%
Pessoal Próprio	269.599,70	20,67%
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b>13.031,95</b>	<b>1,00%</b>
Conselheiros	3.246,00	0,25%
Dirigentes	7.215,95	0,55%
Pessoal próprio	2.570,00	0,20%

<b>Viagens e Estádias</b>	<b>16.342,97</b>	<b>1,25%</b>
Dirigentes	0,00	0,00%
Terceiros	16.342,97	1,25%
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>374.213,74</b>	<b>28,70%</b>
Consultoria Atuarial	46.965,02	3,60%
Consultoria Contábil	72.082,42	5,53%
Consultoria Jurídica	63.683,85	4,88%
Serviços de Informática	47.940,99	3,68%
Auditoria Contábil	13.000,00	1,00%
Gestão/planejamento estratégico	88.227,60	6,77%
Outros	42.313,86	3,24%
<b>Despesas Gerais</b>	<b>141.052,35</b>	<b>10,82%</b>
Suprimentos	8.609,14	0,66%
Água e Esgoto	2.383,96	0,18%
Energia	8.602,87	0,66%
Telefones	5.058,56	0,39%
Correios e Malotes	2.474,28	0,19%
Entidades de Associações	10.714,78	0,82%
Condução e transporte	1.588,09	0,12%
Confraternizações	8.002,99	0,61%
IPTU da sede	10.641,66	0,82%
Aluguéis de Imóveis (Sede da FAPECE)	54.000,00	4,14%
Aluguéis de equipamentos	2.160,00	0,17%
Taxas (TAFIC, Taxas Bancárias, etc)	21.432,41	1,64%
Outras Despesas (Cartórios, etc)	5.383,61	0,41%
<b>Tributos (PIS e COFINS)</b>	<b>65.473,84</b>	<b>5,02%</b>
<b>Depreciações e Amortizações (Imóveis)</b>	<b>3.972,20</b>	<b>0,30%</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>2.821,45</b>	<b>0,22%</b>
<b>Total</b>	<b>1.304.044,12</b>	<b>100,00%</b>

#### 4.2. INDICADORES DE GESTÃO

Para fins de avaliação da relação entre a necessidade e adequação dos gastos com os resultados obtidos são utilizados os indicadores de gestão, cujas metas são fixadas anualmente pelo Conselho Deliberativo por ocasião da elaboração do orçamento da entidade. No quadro abaixo estão demonstrados os indicadores de gestão, suas metas para o exercício de 2016 e o resultado acumulado no encerramento de exercício.

INDICADORES	RESULTADO	META	VARIAÇÃO
TAP = Taxa de administração previdencial	0,48%	0,51%	-5,84%
TAI = Taxa de administração dos investimentos	0,45%	0,47%	-6,24%
PTA = Taxa de administração total	0,93%	0,98%	-6,03%
TAPC = Taxa administrativa per capita	2.997,80	3.144,56	-4,90%
PDP = Participação da despesa de pessoal	52,69%	49,08%	6,86%
IDG = Índice de despesas gerais	10,82%	9,81%	9,32%
IST = Índice de terceirização	28,70%	33,61%	-17,11%

## 5. INFORMAÇÕES PREVIDENCIAIS

### 5.1. IDADE MÉDIA DE PARTICIPANTES

Estatística da população	Ativo	Aposentado	Pensionista
Quantidade de Participantes	234	127	68
Mínimo de Idade	31	54	11
Média de Idade	63	73	64
Máximo de Idade	78	92	88

### 5.2. BENEFÍCIOS PAGOS

As despesas com benefícios no exercício de 2016 totalizaram R\$ 4.032.857,13, sendo R\$ 3.094.056,57 de complementações de aposentadorias, R\$ 813.990,93 de complementações de pensões, R\$ 66.052,43 referentes a pagamentos de pecúlios e R\$ 58.757,20 com resgate de contribuições.

Benefício	Valor (r\$)	Participação (%)
Aposentadorias	3.423.011,52	77,59%
Pensões	894.909,87	20,28%
Auxílio Doença	0	0,00%
Pecúlios	57.772,49	1,31%
Reserva de Poupança	36.152,46	0,82%
<b>TOTAL</b>	<b>4.411.846,34</b>	<b>100,00%</b>

## 6. INFORMAÇÕES ATUARIAIS

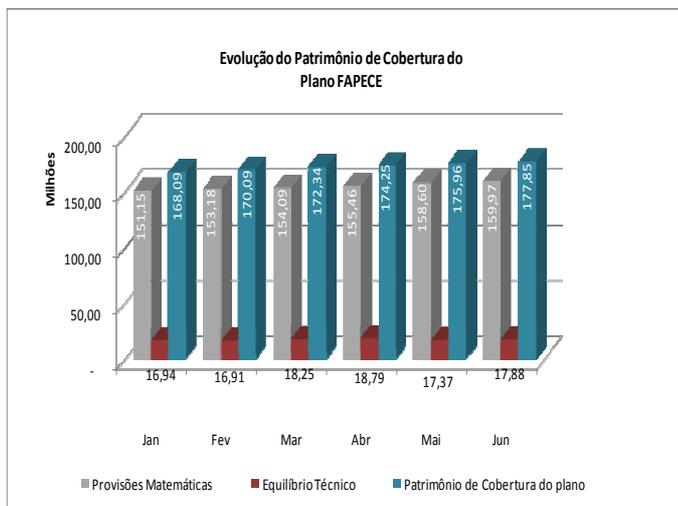
### 6.1. AVALIAÇÃO ATUARIAL

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2016, elaborada pela consultoria atuarial que nos atende, as provisões matemáticas do Plano de Benefício Definido da FAPECE, em 31/12/2016, somaram R\$ 157.005.721,25 (cento e cinquenta e sete milhões, cinco mil, setecentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos). Confrontado com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, de R\$ 186.068.718,94 (cento e oitenta e seis milhões, sessenta e oito mil, setecentos e dezoito reais e noventa e quatro centavos), restou apurado superávit técnico, de R\$ 29.062.997,69 (vinte e nove milhões, sessenta e dois mil, novecentos e noventa e sete reais e sessenta e nove centavos). Referido valor corresponde a 18,51% das provisões matemáticas. Abaixo, apresenta-se o quadro demonstrativo da apuração do superávit técnico atuarial do exercício de 2016.

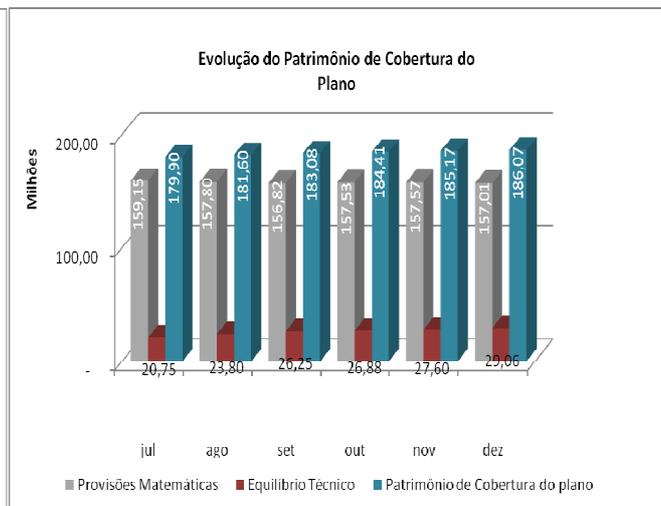
RUBRICA	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
Ativo Total	186.958.882,27	167.029.508,63	12%
Exigível Operacional	( 663.446,20)	(827.277,90)	-20%
Exigível Contingencial	(75.024,00 )	(75.024,00 )	0%
Fundos	(151.693,13 )	( 62.173,40 )	144%
<b>Patrimônio de cobertura</b>	<b>186.068.718,94</b>	<b>166.065.033,33</b>	<b>12%</b>
<b>Provisões matemáticas</b>	<b>(157.005.721,25 )</b>	<b>(153.533.113,19 )</b>	<b>2%</b>
<b>SUPERÁVIT TÉCNICO</b>	<b>29.062.997,69</b>	<b>12.531.920,14</b>	<b>132%</b>

Nos gráficos abaixo, está demonstrada a evolução do patrimônio de cobertura do plano, por semestre, no exercício de 2016.

### 1º SEMESTRE 2016



### 2º SEMESTRE 2016



## 6.2. PREMISSAS ATUARIAIS

Encontram-se relacionadas, a seguir, as premissas financeiras, econômicas e biométricas empregadas nos cálculos atuariais:

- Taxa real anual de juros: 5,5% a.a. (cinco e meio por cento ao ano);
- Projeção de Crescimento Real de Salário: 0% a.a.;
- Fator de Determinação do Valor Real de Salários e de Benefícios: 0,975 (corresponde à perda inflacionária estimada em 5,5% no longo prazo);
- Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000 Masculina;
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: Muller;
- Composição da família de pensionistas: Família real informada no cadastro;
- Percentual do custeio administrativo: 15% (quinze por cento) sobre o total das contribuições previdenciais.

Todas as hipóteses empregadas são válidas e consistentes, tendo sido submetidas, quando aplicáveis, a estudo técnico de aderência, conforme determina o artigo 2º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015. Em observância ao parágrafo 8º do artigo 3º do mesmo normativo, cumpre ressaltar que o estudo de aderência e da adequação da taxa real anual de juros, tem validade de, no máximo, 1 (um) ano.

## 7. PARECER ATUARIAL

### PARECER ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE 31/12/2016 – PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO (PLANO BD) DA FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EMATERCE (FAPECE)

1. Este parecer, integrante das Demonstrações Atuariais (DA), é concernente à avaliação atuarial do plano previdenciário da Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce (FAPECE), modalidade de Benefício Definido (BD) para todos os benefícios constantes de seu Regulamento, nos termos da Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22/11/2005, estando avaliado na posição de 31/12/2016.

2. As provisões matemáticas do plano de benefícios da FAPECE, em 31/12/2016 somaram R\$ 157.005.721,25 (cento e cinquenta e sete milhões, cinco mil, setecentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos). Confrontadas com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, de R\$ 186.068.718,94 (cento e oitenta e seis milhões, sessenta e oito mil, setecentos e dezoito reais e noventa e quatro centavos), restou verificado superávit técnico de R\$ 29.062.997,69 (vinte e nove milhões, sessenta e dois mil, novecentos e noventa e sete reais e sessenta e nove centavos), correspondentes a 18,51% das provisões matemáticas. Referido valor deve ser contabilizado como reserva de contingência, conforme estabelecem o artigo 20 da Lei Complementar Nº 109, de 29/05/2001, e o artigo 7º da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

3. O cadastro foi considerado consistente e satisfatório para esta avaliação e foram realizados testes de aderência das premissas financeiras e biométricas, de conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, cujos resultados foram entregues à Entidade em relatório específico. As premissas encontram-se detalhadas nas Demonstrações Atuariais (DA).

4. Em relação à avaliação de 31/12/2015 foi mantida a premissa correspondente à taxa real anual de juros, de 5,5%, como resultado do estudo de aderência e adequação elaborado em consonância com a Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015. Também não ocorreram alterações nas demais hipóteses e premissas atuariais.

5. A meta atuarial — a taxa de juros anual de referência para a obtenção de rentabilidade mínima dos investimentos da FAPECE — está estabelecida como sendo a composição da variação do INPC, acrescida da taxa real anual de juros atuarial que, em 2016, foi de 5,5% (cinco e meio por cento). Considerando a variação de 6,58% para o INPC em 2016, a meta atuarial ficou quantificada em 12,44%. A rentabilidade efetiva nominal dos investimentos resultou em 12,91% (doze inteiros e noventa e um centésimos por cento), tendo correspondido a 103,78% da meta atuarial. Com base na rentabilidade nominal efetiva de 12,91% e na inflação de 6,58%, conclui-se que o plano de benefícios obteve rentabilidade real de 5,94% em 2016.

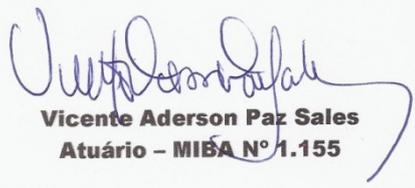
6. Em razão da situação superavitária, recomenda-se para 2017 a manutenção do Plano de Custeio praticado em 2016, correspondente à tabela de contribuições reproduzida no Quadro Nº 1, atualizada para 2017 na forma estabelecida no Regulamento.

#### QUADRO Nº 1 - TABELA DE CONTRIBUIÇÃO VIGENTE EM 31/12/2016

SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (EM R\$)		PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	PARCELA A DEDUZIR	LIMITE DE DESCONTO
R\$0,00	a	R\$2.033,76	4,04%	R\$0,00
R\$2.033,77	a	R\$4.067,51	6,73%	R\$54,71
R\$4.067,52	a	R\$10.168,78	16,16%	R\$438,27
				R\$1.205,01

Nota: Valor de referência do Plano: R\$ 5.084,39, a partir de 01/05/2016.

7. Por último, considerando-se as premissas, as hipóteses, os regimes financeiros, o método atuarial e os dados cadastrais dos participantes e demais informações prestadas pela FAPECE, concluímos que na posição de 31/12/2016 o plano de benefícios encontrava-se atuarialmente superavitário.



**Vicente Aderson Paz Sales**  
Atuário - MIBA Nº 1.155

## 8. DEMONSTRAÇÕES 2016

### 8.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### BALANÇO PATRIMONIAL

EM R\$MIL

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>134</b>	<b>264</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>663</b>	<b>663</b>
			GESTÃO PREVIDENCIAL	602	567
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>186.808</b>	<b>166.584</b>	GESTÃO ADMINISTRATIVA	53	47
GESTÃO PREVIDENCIAL	46.076	50.179	INVESTIMENTOS	8	49
GESTÃO ADMINISTRATIVA	4	47			
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>140.728</b>	<b>116.358</b>	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>75</b>	<b>75</b>
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	138.607	114.244	INVESTIMENTOS	75	75
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.833	1.848			
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	288	266	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>186.221</b>	<b>166.127</b>
			<b>PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO</b>	<b>186.069</b>	<b>166.065</b>
<b>PERMANENTE</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>157.006</b>	<b>153.533</b>
IMOBILIZADO	17	17	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	38.720	37.248
			BENEFÍCIOS A CONCEDER	118.286	116.285
			<b>EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>29.063</b>	<b>12.532</b>
			<b>RESULTADOS REALIZADOS</b>	<b>29.063</b>	<b>12.532</b>
			<b>SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO</b>	<b>29.063</b>	<b>12.532</b>
			<b>FUNDOS</b>	<b>152</b>	<b>62</b>
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	122	18
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	30	44
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>186.959</b>	<b>166.865</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>186.959</b>	<b>166.865</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS (CONSOLIDADA)

EM R\$MIL

DESCRIÇÃO	2016	2015	Varição (%)
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>166.127</b>	<b>146.842</b>	<b>13,13</b>
<b>1. Adições</b>	<b>25.824</b>	<b>24.547</b>	<b>5,20</b>
(+) Contribuições Previdenciais	9.566	10.911	(12,33)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	14.850	12.399	19,77
(+) Receitas Administrativas	1.408	1.229	14,56
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	0	8	(100,00)
<b>2. Destinações</b>	<b>(5.730)</b>	<b>(5.262)</b>	<b>8,89</b>
(-) Benefícios	(4.412)	(4.033)	9,40
(-) Despesas Administrativas	(1.304)	(1.229)	6,10
(-) Reversão de Fundos de Investimentos	(14)	0	100,00
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>20.094</b>	<b>19.285</b>	<b>4,19</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	(3.473)	(20.678)	(83,20)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(16.531)	1.401	(1.279,94)
Fundos Administrativos	(104)	0	100,00
(+/-) Fundos dos Investimentos	14	(8)	(275,00)
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>186.221</b>	<b>166.127</b>	<b>12,10</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL (PLANO BD)**

EM R\$MIL

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>186.906</b>	<b>166.818</b>	<b>12,04</b>
Disponível	133	262	(49,24)
Recebível	46.198	50.198	(7,97)
Investimento	140.575	116.358	20,81
Fundos de Investimento	138.454	114.244	21,19
Investimentos Imobiliários	1.833	1.848	(0,81)
Empréstimos e Financiamentos	288	266	8,27
<b>2. Obrigações</b>	<b>685</b>	<b>691</b>	<b>(0,87)</b>
Operacional	610	616	(0,97)
Contingencial	75	75	0
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>152</b>	<b>62</b>	<b>145,16</b>
Fundo Administrativo	122	18	577,78
Fundo dos Investimentos	30	44	(31,82)
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>186.069</b>	<b>166.065</b>	<b>12,05</b>
Provisões Matemáticas	157.006	153.533	2,26
Superávit Técnico	29.063	12.532	131,91
Fundos Previdenciais	0	0	0
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico ajustado</b>	<b>26.310</b>	<b>9.444</b>	<b>178,59</b>
a) Equilíbrio Técnico	29.063	12.532	131,91
b) (+/-) Ajuste de Precificação	(2.753)	(3.088)	(10,85)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	26.310	9.444	178,59

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL (PLANO BD)**

EM R\$MIL

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>166.127</b>	<b>146.788</b>	<b>13,17</b>
<b>1. Adições</b>	<b>24.948</b>	<b>23.806</b>	<b>4,80</b>
(+) Contribuições	10.097	11.407	(11,48)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	14.851	12.399	19,78
<b>2. Destinações</b>	<b>(4.944)</b>	<b>(4.529)</b>	<b>9,16</b>
(-) Benefícios	(4.412)	(4.033)	9,40
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	0	0,00
(-) Custeio Administrativo	(532)	(496)	7,26
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>20.004</b>	<b>19.277</b>	<b>3,77</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	(3.473)	(20.678)	(83,20)
(+/-) Déficit Técnico do Exercício	(16.531)	1.401	(1.279,94)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>186.131</b>	<b>166.065</b>	<b>12,08</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>152</b>	<b>62</b>	<b>145,16</b>
(+/-) Fundos Administrativos	122	18	577,78
(+/-) Fundos dos Investimentos	30	44	(31,82)

**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA  
(CONSOLIDADA)**

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>0,00</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>1.408</b>	<b>1.229</b>	<b>14,56</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>1.408</b>	<b>1.229</b>	<b>14,56</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	497	7,04	3,11
Custeio Administrativo dos Investimentos	730	19,73	49,59
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	2	0,00	0,00
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>1.304</b>	<b>1.229</b>	<b>6,10</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>676</b>	<b>637</b>	<b>6,12</b>
Pessoal e Encargos	312	10,26	18,18
Treinamentos/Congressos e Seminários	8	(25,00)	700,00
Viagens e Estadias	8	0,00	(33,33)
Serviços de Terceiros	209	0,96	30,63
Despesas Gerais	96	(26,04)	118,18
Depreciações e Amortizações	2	0,00	0,00
Tributos	0	100,00	(100,00)
Outras Despesas	2	(50,00)	100,00
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>628</b>	<b>592</b>	<b>6,08</b>
Pessoal e Encargos	312	9,94	18,18
Treinamentos/Congressos e Seminários	6	0,00	500,00
Viagens e Estadias	8	0,00	(33,33)
Serviços de Terceiros	166	(1,20)	45,61
Despesas Gerais	96	(26,04)	123,26
Depreciações e amortizações	2	0,00	0,00
Tributos	0	100,00	(100,00)
Outras Despesas	2	(50,00)	100,00
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)</b>	<b>122</b>	<b>18</b>	<b>577,78</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO BD**

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>166.800</b>	<b>147.453</b>	<b>13,12</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>153.533</b>	<b>132.855</b>	<b>15,56</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>37.248</b>	<b>33.669</b>	<b>10,63</b>
Benefício Definido	37.248	33.669	10,63
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>116.285</b>	<b>99.186</b>	<b>17,24</b>
Benefício Definido	116.285	99.186	17,24
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>12.532</b>	<b>13.933</b>	<b>-10,06</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>12.532</b>	<b>13.933</b>	<b>-10,06</b>
Superávit técnico acumulado	12.532	13.933	-10,06
Reserva de contingência	12.532	13.933	-10,06
<b>3. Fundos</b>	<b>44</b>	<b>36</b>	<b>22,22</b>
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	44	36	22,22
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>616</b>	<b>554</b>	<b>11,19</b>
4.1. Gestão Previdencial	567	511	10,96
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	49	43	13,95
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>75</b>	<b>75</b>	<b>0</b>
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	75	75	0

  
Tiago Parente Lessa  
Presidente  
CPF: 589.856.543-49

  
Francisco de Assis Sousa  
Diretor de Seguridade  
CPF: 097.806.373-20

  
Isaac Lopes de Menezes Almeida  
Contador - CRC-CE 6.298  
CPF: 032.759.223-00

## 8.2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce – FAPECE, autorizada através da Portaria MPAS nº 3.619 de 20 de Dezembro de 1985, obedecendo às normas expedidas através da Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC e às Resoluções específicas do Banco Central, é uma pessoa jurídica de fins não lucrativos que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários dos empregados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE. A EMATERCE, na qualidade de patrocinadora contribui com quantia igual às contribuições vertidas pelos participantes do plano de benefícios, suficiente para assegurar a cobertura do plano de custeio, atuarialmente calculado.

A FAPECE é uma entidade multipatrocinada que administra um único plano de benefícios, denominado Plano de Benefícios Definido – BD, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB, da então Secretaria de Previdência Complementar - SPC, sob o nº 1985.0014-38. Patrocinada pela EMATERCE em conjunto com a própria FAPECE.

O plano de complementação adotado pela Fundação considera não somente as provisões matemáticas correspondentes ao valor atual dos benefícios concedidos e os benefícios correspondentes a direitos adquiridos pelos participantes, embora não formalmente requerido, mas também dos benefícios a conceder aos participantes que ainda não estejam em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões complementares.

As atividades da Entidade são regidas de acordo com as Leis Complementares nº 108 e nº109, ambas de 29/05/2001, e demais normativos legais, relativos às entidades fechadas de previdência complementar. Por subordinação, obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC, às resoluções específicas do Banco Central do Brasil - BACEN, aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, bem como aos normativos pertinentes expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Receita Federal do Brasil - RFB.

A FAPECE não distribui lucro ou participações em seus investimentos. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar a sua exatidão.

### Estrutura Administrativa

A FAPECE possuía em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as seguintes quantidades participantes:

Participantes	Quantidade	
	31/12/2016	31/12/2015
Ativos	235	240
Assistidos	127	127
Pensionistas	68	68
<b>TOTAL</b>	<b>430</b>	<b>435</b>

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Entidade e foram apresentadas em conformidade as Normas Brasileiras de Contabilidade e as Normas Contábeis elaboradas pelos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC no 29/2009, da Instrução MPS/SPC no 34/2009, alterada pelas Instruções PREVIC nos 01/2011, 05/2011, 06/2013, 15/2014, 21/2015 e 25/2015, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC no 08/2011, alterada pelas Resoluções CNPC nos 12/2013, 16/2014 e 20/2015 e da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.272/2010, que aprova a Interpretação Técnica Geral - ITG 2001, com as alterações da Resolução CFC no 1.329/2011.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazos, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos - observadas as gestões previdencial, e administrativa e o fluxo dos investimentos - proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com a NBC TG 26 (R4), aprovada pela Resolução nº 2016/NBC TG 26 (R4) do Conselho Federal de Contabilidade.

De acordo com as normas específicas são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração do Ativo Líquido – DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) e a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

### 2.2. Principais práticas contábeis adotadas

A planificação contábil padrão ora praticada objetiva atender aos aspectos patrimoniais do Plano de Benefícios, segregando os diversos recursos existentes de forma distinta e consistente, visando demonstrar com transparência a apuração dos resultados.

#### a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/ Variações Negativas

As adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

#### b) Reservas Matemática e Fundos da Gestão Previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com as pensões de dependentes.

Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade.

#### c) Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração se utilize de estimativas para o registro de determinadas transações, que afetam o ativo e passivo, receitas e despesas da Entidade. Os resultados finais dessas

transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem divergir dessas estimativas. A FAPECE revisa as estimativas periodicamente. As principais estimativas referem-se ao cálculo de provisão para crédito de liquidação duvidosa correspondente a carteira de empréstimo a participantes, provisão para contingências avaliadas pelos assessores jurídicos da Entidade e as provisões matemáticas.

#### **d) Operações Administrativas**

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio compartilhado com o plano de benefícios previdenciais.

As receitas administrativas da FAPECE são debitadas ao Plano Previdencial em conformidade com o plano de custeio vigente.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da FAPECE na 22ª Reunião Extraordinária, de 27/11/2009, posteriormente alterado, conforme Ata da 56ª Reunião Extraordinária, de 27/07/2016, estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

#### **e) Realizável**

- Gestão Previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e dos participantes.

- Gestão Administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- Fluxo dos Investimentos

Em atendimento à Resolução do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução da CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem freqüentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos na rubrica “Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial”.
- Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

#### **f) Exigível Operacional**

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestação de serviços por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

### 3. ATIVO CIRCULANTE

#### 3.1. Disponível

Nessa conta são registradas as disponibilidades existentes em caixa e em contas correntes mantidas no banco do Brasil, Itaú e no Bradesco.

Descrição	Valores em R\$ Mil	
	2016	2015
Banco do Brasil conta nº 4747-3	0	1
Bradesco conta nº 10868-5	127	256
Banco Itaú conta nº 79815-2	2	2
Bradesco conta nº 12.320-0 – PGA	1	1
Banco Itaú conta nº 16.251-8 Ag. 8279	3	3
<b>TOTAL</b>	<b>133</b>	<b>263</b>

#### 3.2. Contribuições do Mês e Sobre 13º Salário

##### 3.2.1 Recursos a Receber

##### 3.2.1.1 Contribuições do Mês e Sobre 13º Salário

São contribuições do plano de benefício a receber de autopatrocinados devidas até o mês de dezembro e décimo terceiro salário de 2016. Incluindo valores a receber de assistidos por ocasião do pagamento de diferenças de benefícios apurados em processo de revisão realizada em 2009, ainda não totalmente liquidadas, as quais estão devidamente provisionadas, apresentando um saldo em 31/12/2016 de R\$ 3 mil.

Descrição	Valores em R\$ Mil	
	2016	2015
Contribuições do Mês	1	5
Contribuições Sobre 13º Salário	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>7</b>

##### 3.2.1.2 Contribuições Contratadas

Em 30 de Dezembro de 2003, foi celebrado termo de acordo de parcelamento de dívida referente a contribuições em atraso, relativo ao período de Janeiro/1986 à Dezembro/2003, entre a patrocinadora Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – Ematerce e a Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce – Fapece, com interveniência do Governo do Estado do Ceará, no valor de R\$ 40.028 Mil, cuja composição está abaixo discriminada.

##### 3.2.1.2.1 Prazo e Forma de Pagamento

O montante da dívida será paga pela Ematerce em 240 (Duzentos e quarenta) prestações mensais consecutivas no valor de R\$ 90 Mil, e 10 (Dez) parcelas especiais a serem pagas a cada 2 (dois) anos, a contar a partir da data de assinatura do contrato, no valor unitário de R\$ 4.964 Mil, definidas pelo Sistema Price.

##### 3.2.1.2.2 Remuneração

As prestações mensais e as parcelas especiais devidas pela Patrocinadora à Fapece serão atualizadas, mês a mês, monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – INPC/IBGE ou, no caso de extinção deste, por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

### 3.2.1.2.3 Garantias

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – Ematerce apresentou como garantias, suas contas correntes junto ao Sistema Bancário.

### 3.2.1.2.4 Composição da Dívida

Contribuições contratadas	Valores em R\$ Mil	
	2016	2015
Valor do Contrato	40.028	40.028
Saldo Devedor Atual	50.169	50.169
Prazo de Amortização Pactuado	240 meses	240 meses
Prazo de Amortização Restante	83 meses	95 meses
Valor das Parcelas	9.629	4.518
Data de Vencimento	Último dia útil de cada mês	Último dia útil de cada mês
Atualização Pactuada	INPC + 6%	INPC + 6%

### 3.3. Realizável da Gestão Administrativa

Registra os valores a realizar decorrentes de operações do Plano de Gestão Administrativa, conforme definido no seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da FAPECE.

Descrição	Valores em R\$ Mil	
	2016	2015
Despesas Antecipadas	4	4
Outros Realizáveis	0	43
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>47</b>

Despesas Antecipadas, são valores pagos antecipadamente a serem apropriados no período em que forem incorridas as despesas, com vales transporte, prêmios de seguro e programa de alimentação do trabalhador.

Outros Realizáveis são valores a serem repassados ao Plano de Gestão Administrativa pelo Plano de Benefício Definido, referente ao custeio de administração dos investimentos.

### 3.4. Investimentos

#### 3.4.1. Fundos de Investimento

##### 3.4.1.1. Renda Fixa

Esse segmento constitui em aplicações em fundos de renda fixa, sendo um exclusivo e um em condomínio (aberto) conforme detalhado na Nota 4.4.4.

Os fundos de renda fixa estão registrados pelos respectivos valores de mercado de suas cotas informados em relatórios expedidos pelo agente custodiante contratado pela entidade (Banco Itaú S.A.).

##### 3.4.1.2. Ações

Os investimentos em ações estão representados por cotas de fundo de ações, demonstradas pelo custo de aquisição e atualizadas pela variação incorrida até a data do balanço, calculado com base no valor da cota mensal informada por seus emitentes e agente custodiante.

##### 3.4.1.3. Estruturados

Os investimentos estruturados estão representados por cotas em dois fundos multimercado, sendo registrado pelo valor de mercado, conforme demonstrativo emitido pelo agente custodiante.

### 3.4.2. Investimentos Imobiliários

Constituídos por bens imóveis destinados a gerar receitas de aluguéis mediante celebração de contrato específico. São avaliados pelo custo de aquisição, e reavaliados a cada três anos, de acordo com a legislação vigente, por pessoa jurídica ou profissional legalmente habilitado, sendo a última em junho/2014.

São registrados obedecendo aos critérios contábeis e legislação em vigor, e o custo é deduzido da depreciação à taxa correspondente ao tempo de vida útil remanescente, fixado no último laudo de avaliação e/ou reavaliação.

### 3.4.3. Empréstimos

Registra os empréstimos concedidos a participantes, nos termos do Regulamento. Foram contabilizados pelo valor atualizado, cuja apuração se deu acrescentando ao principal os encargos contratuais auferidos até a data do balanço.

Em 31/12/2016, as taxas de juros praticadas eram, para contratos com prazo para amortização em até 12 meses, 1,64% ao mês, até 24 meses, 1,78% ao mês e até 36 meses 1,91% ao mês, sendo utilizado o Sistema Price.

A FAPECE disponibilizou para seus participantes a carteira de empréstimos pessoais, cujos números assim se apresentam:

Valores em R\$ Mil		
Empréstimos	2016	2015
Contrato Ativos	45	46
Saldo Devedor	288	266

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD é constituída mensalmente com base nos valores vencidos e vincendos, conforme orientação da Instrução SPC nº. 34, item 11 do Anexo A, de 24 de setembro de 2009.

### 3.4.4. Composição dos Investimentos

	Valores em R\$ Mil	
	31/12/2016	31/12/2015
<b>Fundos de Investimento</b>	<b><u>138.453</u></b>	<b><u>114.244</u></b>
<b>Renda Fixa</b>	<b><u>126.517</u></b>	<b><u>113.703</u></b>
Fundo Sul América Fapece - FI RF	103.077	86.753
Fundo Itaú Active FIX MM FI	23.440	16.950
<b>Ações</b>	<b><u>5.178</u></b>	<b><u>4.632</u></b>
Fundo Bozano Gestão Fundamentalista	758	533
Fundo Sul América Expertise FIA	2.551	2.671
Fundo Fator Sinergia V FIA	333	269
Fundo Bradesco FIA Dividendos	1.536	1.159
<b>Estruturados</b>	<b><u>6.911</u></b>	<b><u>5.909</u></b>
Fundo Itaú Hedge MM FI	4.539	2.626
Fundo Bozano Equity Hedge 30 FICFIM	-	3.283
Fundo Bozano Quant FIM	2.372	-
<b>Investimento Imobiliário</b>	<b><u>1.833</u></b>	<b><u>1.848</u></b>
<b>Terrenos</b>	<b><u>150</u></b>	<b><u>150</u></b>
Terrenos Urbanos	150	150

<b>Aluguéis e Renda</b>	<b>1.683</b>	<b>1.697</b>
Uso Próprio	1.683	1.697
Terreno	1.488	1.489
Edificação	195	209
Custo Corrigido	231	209
(-) Depreciação Acumulada	-36	-22
<b>Empréstimos</b>	<b>288</b>	<b>266</b>
Empréstimos Simples	307	283
(-) Provisão p/Créd. de Liquidação Duvidosa	-19	-17
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>140.727</b>	<b>116.357</b>

### 3.4.4.1. Categoria de Títulos

Em atendimento à Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias, conforme já mencionamos:

#### 3.4.4.1.1. Títulos para negociação

Valores em R\$ Mil

Descrição	2016			2015			
	Natureza	Venc.	Custo Histórico	Valor de Mercado	Venc.	Custo Histórico	Valor de Mercado
LTF-OVER		-	-	-	02/01/2016	9.571	9.576
LTF-OVER		01/07/2017	1.090	1.091	-	-	-
Debêntures Simples- EORODOVIAS		15/10/2019	361	466	15/10/2019	361	417
Debêntures Simples-ECORODOVIAS		15/10/2022	191	236	15/10/2022	191	208
Debêntures Simples-TAEE		15/10/2020	921	1.166	15/10/2020	921	1.036
Debêntures Simples-TAEE		15/10/2020	159	196	15/10/2020	159	175
Debêntures Simples-TAEE		15/10/2020	635	787	15/10/2020	635	699
Debêntures Simples SABESP		15/01/2020	315	400	15/01/2020	315	339
NTN-B		15/05/2017	2.925	2.975	-	-	-
NTN-B		15/05/2017	132	131	-	-	-
NTN-B		15/08/2018	246	302	15/08/2018	246	277
NTN-B		15/05/2019	740	837	15/05/2019	740	757
NTN-B		15/05/2019	661	747	15/05/2019	661	676
NTN-B		15/08/2020	248	303	15/08/2020	248	270
NTN-B		15/08/2020	64	100	15/08/2020	64	89
Quotas de FI Itaú Active FIX			23.287	23.287		16.950	16.950
Quotas de FIA Bozano G. Fundamentalista			758	758		533	532
Quotas de FIA Sul América Expertise			2.551	2.551		2.671	2.671
Quotas de FIA Fator Sinergia V			332	332		269	268
Quotas FIA Bradesco Dividendos			1.536	1.536		1.159	1.159
Quotas de Fundo MM Bozano Equity Hedge			4.539	4.539		3.293	3.283
Quotas de Fundo MM Itaú Hedge			2.372	2.372		2.626	2.625
Total dos títulos para negociação			44.063	45.112		41.613	42.007

### 3.4.4.1.2. Títulos mantidos até o vencimento

Valores em R\$ Mil

Descrição	2016			2015		
	Natureza	Venc.	Custo Histórico	Valor de Mercado	Venc.	Custo Histórico
NTN-B				15/08/2016	3.449	3.896
NTN-B	15/05/2017	3.255	3.874	15/05/2017	3.255	3.642
NTN-B	15/08/2018	2.697	3.322	15/08/2018	2.697	3.117
NTN-B	15/08/2018	2.076	2.116			
NTN-B	15/08/2018	635	648			
NTN-B	15/05/2019	3.731	4.462	15/05/2019	3.731	4.184
NTN-B	15/05/2019	2.671	2.724			
NTN-B	15/05/2019	302	299			
NTN-B	15/05/2019	60	60			
NTN-B	15/08/2020	1.090	1.307	15/08/2020	1.090	1.228
NTN-B	15/08/2020	1.902	2.280	15/08/2020	1.902	2.143
NIN-B	15/08/2020	2.085	2.125			
NTN-B	15/08/2020	1.122	1.144			
NTN-B	15/05/2021	740	733			
NTN-B	15/08/2022	474	575	15/08/2022	474	539
NTN-B	15/08/2022	692	705			
NTN-B	15/08/2022	1.756	2.201	15/08/2022	1.756	2.077
NTN-B	15/05/2023	4.914	5.888	15/05/2023	4.914	5.516
NTN-B	15/05/2023	1254	1.241			
NTN-B	15/05/2023	1.231	1.255			
NTN-B	15/08/2024	4.225	5.543	15/08/2024	4.225	5.266
NTN-B	15/08/2024	1.820	1.854			
NTN-B	15/08/2024	2.379	2.424			
NTN-B	15/08/2026	3.438	3.503			
NTN-B	15/08/2030	4.636	6.189	15/08/2030	4.636	5.853
NTN-B	15/08/2030	13.000	17.357	15/08/2030	13.000	16.415
NTN-B	15/08/2030	1.932	2.348	15/08/2030	1.932	2.203
NTN-B	15/05/2035	5.202	6.823	15/05/2035	5.202	6.443
NTN-B	15/08/2040	744	1.007	15/08/2040	744	949
NTN-B	15/08/2040	3.207	3.898	15/08/2040	3.207	3.657
NTN-B	15/08/2040	1.669	2.009	15/08/2040	1.669	1.885
NTN-B	15/05/2045	388	515	15/05/2045	388	485
NTN-B	15/08/2050	298	406	15/08/2050	298	382
NTN-B	15/08/2050	2.068	2513	15/08/2050	2.068	2.357
<b>Total dos títulos mantidos até o vencimento</b>		<b>77.693</b>	<b>93.348</b>		<b>61.241</b>	<b>72.237</b>

Pela característica do papel, o custo histórico das NTN-Bs espelha o valor de compra, sem as movimentações de recebimento das amortizações.

A administração da Entidade declara e atesta capacidade financeira para o carregamento dos títulos valores mobiliários que compõem sua carteira na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”, de acordo com o exposto no artigo 9º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002.

### 3.4.4.1.3. Títulos Objeto dos Ajustes de Precificação

O quadro abaixo se refere ao controle do ajuste de precificação em conformidade com a Resolução CNPC nº 16, de 24/11/2014 e com a Instrução PREVIC nº 19, de 05/02/2015 e Portaria nº 29, de 16/01/2017.

Valores em R\$ Mil						
Tipo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	Valor contábil	Valor ajustado	Ajuste
NTN-B	5,784835	15/05/2017	1.300	3.874	3.877	3
NTN-B	5,949051	15/08/2018	700	2.116	2.130	14
NTN-B	6,497085	15/08/2018	216	648	657	9
NTN-B	6,013273	15/08/2018	1.100	3.322	3.347	25
NTN-B	6,089226	15/05/2019	1.500	4.462	4.517	55
NTN-B	6,416872	15/05/2019	922	2.724	2.776	52
NTN-B	5,828689	15/05/2019	100	299	301	2
NTN-B	5,828211	15/05/2019	20	60	60	-
NTN-B	5,799001	15/08/2020	430	1.307	1.319	12
NTN-B	6,387411	15/08/2020	383	1.144	1.175	31
NTN-B	5,799001	15/08/2020	750	2.280	2.301	21
NTN-B	5,841046	15/08/2020	700	2.125	2.148	23
NTN-B	5,894711	15/05/2021	245	733	744	11
NTN-B	5,8790542	15/08/2022	232	705	717	12
NTN-B	5,970000	15/08/2022	190	575	588	13
NTN-B	5,130005	15/08/2022	700	2.201	2.164	(37)
NTN-B	6,337981	15/05/2023	428	1.255	1.309	54
NTN-B	6,250453	15/05/2023	2.000	5.888	6.115	227
NTN-B	5,791151	15/05/2023	412	1.241	1.260	19
NTN-B	3,953102	15/08/2024	1.626	5.543	5.061	(482)
NTN-B	6,198093	15/08/2024	620	1.854	1.930	76
NTN-B	5,749016	15/08/2024	790	2.424	2.459	35
NTN-B	5,726213	15/08/2026	1.137	3.503	3.559	56
NTN-B	6,060003	15/08/2030	780	2.348	2.467	119
NTN-B	4,229051	15/08/2030	1.743	6.189	5.513	(676)
NTN-B	4,229051	15/08/2030	4.888	17.357	15.461	(1.896)
NTN-B	4,214602	15/05/2035	1.875	6.823	5.905	(918)
NTN-B	6,079006	15/08/2040	670	2.009	2.156	147
NTN-B	6,080002	15/08/2040	1.300	3.898	4.182	284
NTN-B	4,429266	15/08/2040	273	1.007	878	(129)
NTN-B	4,400603	15/05/2045	138	515	441	(74)
NTN-B	4,469364	15/08/2050	107	406	348	(58)
NTN-B	6,090002	15/08/2050	840	2.513	2.730	217
<b>TOTAL</b>				<b>93.348</b>	<b>90.595</b>	<b>(2.753)</b>

### 3.5. Permanente - Imobilizado

Foi registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, atualizada monetariamente até o exercício de 1995, de acordo com o Ofício Circular nº 07/SPC/GAB, de 08/07/1996. A depreciação foi calculada pelo método linear, mediante aplicação das taxas conforme quadro abaixo:

Imobilizado	Taxa Depreciação
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Computadores e Periféricos	20%
Diferido - Software	20%

Valores em R\$ Mil

	Taxa Depreciação	2016			2015		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual
<b>Imobilizado</b>							
Móveis e Utensílios	10%	20	17	3	20	16	4
Máquinas e Equipamentos	10%	24	16	8	22	15	7
Computadores e Periféricos	20%	29	23	6	27	21	6
		<b>73</b>	<b>56</b>	<b>17</b>	<b>69</b>	<b>52</b>	<b>17</b>
Diferido – Software	20%	7	7	0	7	7	0
<b>Total</b>		<b>80</b>	<b>63</b>	<b>17</b>	<b>76</b>	<b>59</b>	<b>17</b>

#### 4. PASSIVO

##### 4.1. Exigível Operacional

##### 4.1.1. Previdencial

Valores em R\$ Mil

	2016	2015
<b>Benefícios a Pagar</b>	<u>600</u>	<u>564</u>
Benefícios de Prestação Continuada	10	10
Reservas de Poupança	590	554
Pecúlios	-	-
<b>Retenções a Recolher</b>	2	3
<b>Total</b>	<b>602</b>	<b>567</b>

**Benefícios de Prestação Continuada** – Valores apurados e revisão de benefícios provisionados em Dezembro de 2016, para liquidação na competência de 2017.

**Reservas de Poupança** - Valores provisionados para pagamento de reservas de poupança a participantes que se desligaram do Plano de Benefício e continuam vinculados à Patrocinadora, no momento das extinções dos seus contratos de trabalho.

**Retenções a Recolher** – Valores referentes a retenções de tributos.

##### 4.1.2. Administrativo

O valor de R\$ 53 mil refere-se a provisão de férias dos empregados com seus respectivos encargos, bem como retenções a fiscais a recolher e de pagamentos a serem efetuados no próximo exercício.

Valores em R\$ Mil

	2016	2015 Reapresentado
<b>Contas a Pagar</b>	<u>34</u>	<u>34</u>
Despesas com Pessoal	10	9
Obrigações Sociais a Recolher	24	25
<b>Retenções a Recolher</b>	8	7

<b>Tributos a Recolher</b>	11	6
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>47</b>

#### 4.1.3. Investimentos

Valores a pagar de IOF e prestações antecipadas e obrigações com custódia, totalizando R\$ 8 mil.

	<b>Valores em R\$ Mil</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	1	1
<b>Relacionados com o Disponível</b>	7	5
<b>Outras Exigibilidades</b>	-	43
Custeio Administrativo dos Investimentos	-	43
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>49</b>

#### 4.2. Exigível Contingencial

Registram-se no Exigível Contingencial ocorrências vinculadas às decisões futuras que poderão ou não gerar desembolso pela Entidade. O saldo de contingência do investimento, no valor de R\$ 75 mil, refere-se a provisão de ações judiciais contra ocupantes do imóvel situado na rua Salustio de Pinho, 200, de propriedade da FAPECE.

Ressalta-se sobre a existência de contingências no montante de R\$ 75 (mil) cuja obrigação será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos incertos não totalmente sob o controle da fundação, ou seja, prognóstico possível.

#### 4.3. Patrimônio Social

##### 4.3.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

##### 4.3.2. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas, apuradas atuarialmente pelo Atuário Vicente Aderson Paz Sales registrado no MIBA sob No 1155, sócio da Empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, representam os compromissos do Plano BD no encerramento do período relacionado aos benefícios concedidos e a conceder, constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário externo, em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC, com as premissas atuariais vigentes em 31 de dezembro de 2016 e estão representadas por:

##### **Benefícios concedidos**

Correspondem ao valor atual dos compromissos futuros a serem pagos pela Fundação em relação aos atuais aposentados e pensionistas.

##### **Benefícios a conceder**

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos), não compreendendo as contribuições futuras dos Participantes e da Patrocinadora para os Participantes ativos que não adquiriram os direitos de aposentadoria e pensão.

A seguir, demonstramos a composição do exigível atuarial em 31 de dezembro 2016 e de 2015:

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO BD		
	R\$ Mil	
DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>186.784</b>	<b>166.800</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>157.006</b>	<b>153.533</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>38.720</b>	<b>37.248</b>
Benefício Definido	38.720	37.248
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>118.286</b>	<b>116.285</b>
Benefício Definido	118.286	116.285
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>29.063</b>	<b>12.532</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>29.063</b>	<b>12.532</b>
<b>Superávit técnico acumulado</b>	<b>29.063</b>	<b>12.532</b>
Reserva de contingência	29.063	12.532
<b>3. Fundos</b>	<b>30</b>	<b>44</b>
3.1. Fundos Previdenciais	0	0
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	30	44
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>610</b>	<b>616</b>
4.1. Gestão Previdencial	602	567
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	8	49
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>75</b>	<b>75</b>
5.1. Gestão Previdencial	0	0
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	75	75

## 5. FUNDOS

Valores em R\$ Mil

Fundos	2016	2015
Fundos Administrativos	122	18
Fundos dos Investimentos	30	44
<b>Total</b>	<b>152</b>	<b>62</b>

### 5.1. Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na apuração das receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa, o saldo em 31/12/2016 é de R\$ 122 mil.

### 5.2. Fundo de Investimento

O Fundo de Investimento é constituído por taxa cobrada sobre empréstimo, tendo por fim dar quitação a eventuais saldos devedores não pagos em decorrência de morte dos tomadores, o saldo na posição de 31/12/2016 é de R\$ 30 mil.

## 6. DETALHAMENTO DOS AJUSTES E ELIMINAÇÕES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em observação ao o item 30, letra I, anexo A, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, demonstramos o quadro a seguir:

Valores em R\$ Mil

AJUSTES E ELIMINAÇÕES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO</b>	<b>122</b>	<b>61</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>122</b>	<b>61</b>
<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>122</b>	<b>61</b>
Recursos a Receber de Outros Planos	0	43
Participação no Plano de Gestão Administrativa	122	18
<b>PASSIVO</b>	<b>122</b>	<b>61</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>0</b>	<b>43</b>
Recursos a Pagar de Outros Planos	0	43
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>122</b>	<b>18</b>
Participação no Plano de Gestão Administrativa PGA	122	18

## 7. APURAÇÃO DO RESULTADO

O superávit apurado em 2016 é atribuído á boa rentabilidade dos investimentos, batendo a meta atuarial e o aumento não significativo nas provisões matemáticas.

### 7.1 Regime adotado

O regime financeiro adotado na avaliação atuarial é o de Capitalização. O método específico utilizado pelo Plano de Benefícios Definido – BD da FAPECE se caracteriza pelos seguintes atributos:

Cálculo agregado;

Tendência de contribuições niveladas;

Reconhecimento e distribuição, entre os participantes e beneficiários, de todos os ganhos e perdas atuariais, refletidos no custo normal;

Custo de fundação dos benefícios decrescentes no tempo.

### 7.2 Principais premissas utilizadas na avaliação atuariais são:

Foram utilizadas as seguintes hipóteses na avaliação atuarial:

Taxa real anual de juros	5,5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	0% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	-
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-2000

Conforme informações já encaminhadas para Previc, existe uma tendência de queda da taxa de juros de longo prazo no Brasil. Por este motivo iniciamos estudos atuariais considerando a redução dessa premissa para se verificar: a) o

impacto sobre os benefícios do plano mantendo-se as atuais contribuições; b) o novo nível de contribuições laborais e patronais, no caso de se desejar manter inalterada a atual meta de benefícios.

### 7.3 Custeio Administrativo

O custeio administrativo engloba as despesas administrativas de todos os programas, utilizando-se, para sua cobertura, a receita prevista no plano de custeio anual calculada pelo atuário, que é apropriada mensalmente.

Conforme determinação do órgão fiscalizador, as despesas administrativas são desmembradas em despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, tendo como base o critério de rateio definido pelo Conselho Deliberativo da entidade, por ocasião a aprovação do orçamento anual.

Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimentos foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.

Os valores apropriados às atividades administrativas foram registrados conforme tabela a seguir:

Descrição das despesas	Despesas Administrativas previdenciais	Despesas Administrativas de investimento
Pessoal e encargos	50%	50%
Treinamentos/congressos e seminários	50%	50%
Viagens e estadias	50%	50%
Serviços de terceiros	50%	50%
Despesas gerais	50%	50%
Depreciações e amortizações	50%	50%

Porém informamos que o serviço prestado pelo Atuário é alocado totalmente no grupo de despesas da Gestão Previdencial.

## 8. SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

### 8.1. Imposto de Renda – IR

Em 29.12.2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01.01.2005, ficam dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicos e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar. A partir de então, a tributação ocorre diretamente ao participante (na fonte) quando do resgate de sua reserva de poupança ou quando o mesmo passa à condição de assistido nos termos da legislação pertinente.

### 8.2. Contribuição para o Programa de Integração Social – COFINS e Programa de Integração Social – PIS

De acordo com a MP-SRF nº 66 de 29/08/2002, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar são tributas na alíquota de 4% referente ao COFINS e 0,65% referente ao PIS.

### 8.3. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

De acordo com a Lei nº 10.426/2002 as Entidades Fechadas de Previdência Complementar são isentas do recolhimento da CSLL.

Fortaleza, 31 de dezembro de 2016.

### 8.3. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos**

**Diretores e Conselheiros da**

**FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EMATERCE - FAPECE**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce - FAPECE, que compreendem o balanço patrimonial as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce - FAPECE em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Quando aplicável descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 12 de maio de 2017

**CONTROLLER AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S**  
CRC (CE) 232-J  
CNPJ (MF) 23.562.663/0001-03

**FRANCISCO MOISÉS DE ALMEIDA GOMES**  
DIRETOR TÉCNICO  
CONTADOR CRC(CE) Nº 12.837  
CNAI Nº 2.011  
C.P.F. : 575.694.793-00

## 9. PARECERES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

### 9.1 PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com o Art. 42 do Estatuto da ENTIDADE e consoante ao que estabelece a letra “j”, do item 17, do Anexo “C”, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 08, de 31 de outubro de 2011, e com base na análise das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2016, consubstanciado pelo Parecer Atuarial da Empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, responsável técnica pelo Plano de Benefícios, assim como pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela Empresa Controller Auditoria e Assessoria Contábil S/S. Este Conselho recomenda ao Conselho Deliberativo a aprovação das referidas Demonstrações Contábeis.

Fortaleza, 25 de maio de 2017.

Odilon Newtácio Cruz  
Presidente

Claudio Matoso Vilela Lima  
Membro

Thomás Edson Goés de Araújo  
Membro

### 9.2. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em conformidade com o Art. 37 Inciso XI do Estatuto da ENTIDADE, consoante ao que estabelece a letra “k”, do item 17, do Anexo “C”, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 08, de 31 de outubro de 2011, e com base na análise das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2016, consubstanciado pelo Parecer Atuarial da Empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, responsável técnica pelo Plano de Benefícios, assim como pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela Empresa Controller Auditoria e Assessoria Contábil S/S e pelo Parecer do Conselho Fiscal, este Conselho Deliberativo aprova as referidas Demonstrações Contábeis.

Fortaleza, 25 de maio de 2017

Francisco Daniel de Sousa  
Conselheiro-Presidente

Vicente Moura  
Conselheiro

Itamar Teixeira Bezerra  
Conselheiro

Alrilo Machado Cavalcante  
Conselheiro

#### **PATROCINADORES**

EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Ceará  
FAPECE – Fundação assistencial e previdenciária da EMATERCE

#### **CONSELHO DELIBERATIVO**

Francisco Daniel de Sousa - Presidente  
Vicente Moura- Membro Titular  
Itamar Teixeira Bezerra – Membro Titular  
Alrilo Machado Cavalcante - Membro Titular  
Valdir José Silva – Suplente  
Maria Stela Mendes – Suplente  
Francisco Bergson Parente Fernandes – Suplente  
João Nicéδιο Alves Nogueira – Suplente

#### **CONSELHO FISCAL**

Odilon Newtácio Cruz - Presidente  
Claudio Matoso Vilela Lima – Membro Titular  
Thomás Edson Goés de Araújo - Membro Titular  
Maria Gorette Alves – Membro Titular  
Francisco Alves de Souza – Suplente  
Sérgio Romiro Pinto Bandeira – Suplente  
José Leitão Filho – Suplente  
Maria de Lourdes Freire de Sousa – Suplente

#### **DIRETORIA EXECUTIVA**

Tiago Parente Lessa – Diretor Presidente  
Francisco Alves De Souza – Diretor de Seguridade

#### **CONTATOS**

Rua Vicente Linhares, 360  
Aldeota - CEP: 60.135-270  
Email: [Fapece@fapece.com.br](mailto:Fapece@fapece.com.br)  
Fortaleza, Ceará  
Fone: (85) 3244.6557  
(85) 3224.2681  
Fax: (85) 3261.4689